



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

RESOLUÇÃO CONSUP/IFSUL Nº 509, DE 17 DE SETEMBRO DE 2024.

Aprova o Projeto Pedagógico e a Matriz Curricular do  
Curso A Educação Inclusiva e o Atendimento  
Educativo Especializado.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e, conforme deliberação do Conselho Superior na reunião ordinária, realizada no dia 16 de setembro de 2024, resolve:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico e a Matriz Curricular do Curso A Educação Inclusiva e o Atendimento Educativo Especializado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Flavio Luis Barbosa Nunes

Presidente do CONSUP

**Documentos Anexados:**

- **Anexo #1.** PPC e Matriz (anexado em 17/09/2024 10:56:44)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Flavio Luis Barbosa Nunes, REITOR(A) - CD1 - IFSRIOGRAN**, em 17/09/2024 16:12:56.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 17/09/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsul.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 303769  
**Código de Autenticação:** c0bd521be9



**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA – FIC  
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

**PELOTAS  
2024/2**

## Sumário

<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO</b>	03
1.1 Apresentação da Instituição	03
1.2 Apresentação do Curso	07
<b>2. JUSTIFICATIVA</b>	08
<b>3. OBJETIVOS DO CURSO</b>	09
3.1. Objetivo Geral	09
3.2. Objetivos Específicos	09
<b>4. PÚBLICO-ALVO E FORMA DE ACESSO</b>	10
<b>5. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO E POSSÍVEIS ÁREAS DE ATUAÇÃO</b>	10
<b>6. METODOLOGIA DE ENSINO DO CURSO</b>	10
<b>6.1 Política de Inclusão e Acessibilidade do Estudante com Necessidades Educacionais Específicas</b>	12
6.1.2 Acessibilidade curricular e adaptações razoáveis para estudantes com necessidades específicas	14
<b>6.2 Organização Curricular</b>	15
6.2.1. Programa do Curso	19
<b>6.3 Material didático do curso</b>	19
6.3.1 Recursos Audiovisuais e Digitais	20
<b>6.4. Avaliação do processo ensino-aprendizagem</b>	20
<b>6.5. Reavaliação</b>	21
<b>6.6. Avaliação do projeto pedagógico do curso</b>	21
<b>7. EXPEDIÇÃO DE CERTIFICADO</b>	22
<b>8. CASOS OMISSOS</b>	23
<b>9. ANEXOS</b>	23
<b>REFERÊNCIAS</b>	23

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

<b>DADOS DA INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELO CURSO</b>
<b>INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE - IFSul</b> <b>CNPJ:</b> 10.729.992/0001-46 <b>Razão Social:</b> INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE <b>Endereço:</b> IFSul-Reitoria/Câmpus: Rua Gonçalves Chaves; 3218 – Centro. <b>Cidade/UF/CEP:</b> Pelotas/RS – CEP 96015-560 <b>Telefone:</b> (53) 3026-6050 <b>Site da Instituição:</b> www.ifsul.edu.br
<b>DADOS GERAIS DO CURSO</b>
<b>Nome:</b> A Educação Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado. <b>Modalidade de oferta:</b> Curso de Formação Inicial e Continuada - FIC. <b>Realização do Curso:</b> A distância, através do ambiente AVA Moodle da Reitoria/IFSul, conforme cronograma. <b>Nº de vagas:</b> 150 vagas a serem preenchidas mediante inscrição via formulários Google Docs. O critério de seleção será o nº de inscrição e o cumprimento do requisito de acesso. <b>Requisito de acesso:</b> Escolaridade mínima ensino médio completo. <b>Cronograma de execução:</b> A partir do início do curso, uma nova disciplina será disponibilizada a cada 15 dias. Após a conclusão de cinco disciplinas, os alunos terão a oportunidade de realizar atividades de recuperação para as disciplinas em que não obtiveram êxito. (Para lograr êxito, o cursista deve acessar a disciplina e os fóruns, realizar a atividade avaliativa e obter uma nota mínima de 6/10). <b>Carga Horária:</b> 280 horas <b>Duração:</b> 5 meses

### 1.1. Apresentação da Instituição

O Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) é uma instituição de educação caracterizado pela verticalização do ensino, oferta educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, assim como articula a educação de nível médio de ensino integrado e técnico subsequente, superior e de pós-graduação.

É pluricurricular e multicampi, tendo como base a conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos, com sua prática pedagógica. O IFSul possui a relevante missão de promover uma educação pública de excelência, por meio da junção indissociável entre ensino, pesquisa e extensão. Agrega pessoas, conhecimentos e tecnologias, visando a proporcionar a ampliação do desenvolvimento técnico e tecnológico das regiões de abrangência de seus Câmpus e dos seus polos de EaD.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense é formado pela Reitoria, por 13 Câmpus e 1 Câmpus Avançados: Câmpus Pelotas (1943), Câmpus Pelotas - Visconde da Graça (1923), Câmpus Charqueadas (2006), Câmpus Sapucaia do Sul (1996), Câmpus Passo Fundo (2007), Câmpus Camaquã (2010), Câmpus Venâncio Aires (2010), Câmpus Bagé (2010), Câmpus Santana do Livramento (2010), Câmpus Sapiranga (2013), Câmpus Gravataí (2013), Câmpus Lajeado (2013), Câmpus Novo Hamburgo (2014) e Câmpus Avançado Jaguarão (2014). Complementando a sua constituição, agregam-se os pólos do sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, vinculados ao Instituto Federal Sul-rio-grandense e os pólos da Rede e-Tec Brasil.

A área de abrangência do IFSul é constituída por 138 municípios distribuídos em 10 microrregiões (Pelotas, Camaquã, São Jerônimo, Santa Cruz do Sul, Porto Alegre, Passo Fundo, Campanha Central, Campanha Meridional, Lajeado-Estrela e Jaguarão), ocupando uma área total de 81.260,90 Km<sup>2</sup>. A população total é de 5.722.471 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2010 (BRASIL, IBGE, 2010). A abrangência dos câmpus do IFSul pode ser observada no mapa abaixo.

Figura 1 – Área de abrangência do IFSul



Fonte: IBGE – 2014

A cidade de Pelotas, onde está localizada a reitoria do IF Sul, se situa no sul do Estado e possui uma população de aproximadamente 350.000 habitantes. Podemos dizer que Pelotas é o centro polarizador da Região Sul do Rio Grande do Sul e ocupa uma posição privilegiada, além disso, possui um sistema viário que compreende a confluência de quatro BRs (116, 392, 471 e 293), um aeroporto de porte internacional, um sistema hídrico formado pelo Arroio Pelotas, Canal São Gonçalo e Laguna dos Patos e um porto localizado na cidade de Rio Grande, distante apenas 60Km.

Pelotas é um município que apresenta tradição na área da oferta educacional. As notícias dos jornais do início do século XIX indicam a existência de colégios e professores particulares antes de 1818. Atualmente, Pelotas é um centro cultural e formador de profissionais para diversos municípios em seu entorno, por possuir um Instituto Federal de Educação e Tecnologia e diversas Universidades, dentre elas, a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), a Universidade Católica de Pelotas, (UCPEL) e uma unidade do Centro Educacional Ananguera (ANHANGUERA). Tais instituições de ensino oferecem cursos que vão desde o nível técnico e tecnológico, até a pós-graduação *strictu e latu sensu*.

O acesso ao conhecimento, como forma de viabilizar essa nova sociedade, se faz necessário porque é preciso resgatar o homem em seus espaços e em suas relações com o mundo, possibilitando que, em sua formação, o indivíduo tenha acesso a toda fundamentação teórica aliada à prática, que lhe possibilite a inserção no mundo do trabalho, permitindo “o entendimento crítico de como funciona e se constitui a sociedade humana em suas relações sociais e como funciona o mundo da natureza, da qual fazemos parte.” (Frigotto, 2005, p.76)<sup>1</sup>

O empenho para conferir à população uma qualidade de vida digna se encontra no rol das principais iniciativas governamentais ao longo dos anos, expressas em políticas públicas implementadas a partir das demandas sociais. Entre estas se destacam as iniciativas que buscam impulsionar a superação da pobreza de grande parte da população brasileira pela via do acesso à educação profissionalizante.

---

<sup>1</sup> FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvérsico. Revista Educação & Sociedade. Revista de Ciência da Educação. Centro de Estudos, Educação e Sociedade. CEDES, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, Número Especial, out. 2005.

Os Institutos Federais foram, portanto, criados em atendimento às demandas sociais de oferta de ensino público e gratuito para trabalhadores e seus filhos. Com esse propósito, os IFs ofertam educação profissional e tecnológica, de nível básico, profissional e superior, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos da Lei Nº 11.892 de 2008. Entre as particularidades de cada Instituto Federal, de encaminhamento pedagógico formativo, o Instituto Federal Sul-rio-grandense assume, como sua função social, a formação do ser humano crítico, que valoriza a ética, a dignidade, as diferenças individuais e socioculturais, mediante educação humano-científico-tecnológica, ofertando cursos de educação profissional técnica de nível médio; de educação em nível superior; de formação inicial e continuada de trabalhadores, além de formação em nível de pós-graduação.

No cumprimento de sua missão, o Instituto Federal Sul-rio-grandense, como produtor de conhecimentos científicos e tecnológicos, assim como disseminador de práticas culturais, está permanentemente conectado com as necessidades sociais e econômicas das regiões onde tem implementado seus câmpus. Para a efetivação do atendimento às demandas da sociedade, estabelece relações de parcerias com diferentes segmentos sociais, com potencial contributivo para ampliar e/ou qualificar o fluxo de conhecimento, bem como para implementar práticas de interesse regional. Nesta dinâmica, busca contribuir para o desenvolvimento das potencialidades regionais, a fim de atender às demandas atuais e futuras.

Com base em estatísticas geradas em diferentes áreas de formação profissional, os dados sinalizam carência de mão de obra especializada e apta a atender aos arranjos produtivos em constante atualizações. Os Institutos Federais, resultantes de uma política pública de educação profissional brasileira, ao implementarem processos educativos, públicos e gratuitos de ensino, pesquisa e extensão, possibilitam a inclusão e o desenvolvimento socioeconômico de uma significativa parcela da população e, pelo viés formativo a que se propõem, têm como horizonte contribuir para a construção de uma sociedade democrática, sustentável e justa, por ser essencial para que os cidadãos desenvolvam suas capacidades criativas, inovadoras e, dessa forma, produzam saberes capazes de impulsionar a economia e a superação das desigualdades.

Por fim, entende-se que a contribuição do IFSul se constitui num referencial ímpar, como fator de desenvolvimento, sobretudo na preparação de cidadãos para atuarem como verdadeiros agentes de mudanças nos campos da atividade produtiva, econômica, social, política e cultural da realidade na qual estão inseridos.

## **1. 2 Apresentação do Curso**

O curso "Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado (AEE)" tem como objetivo principal capacitar os educadores para atuar em contextos de inclusão, promovendo uma educação que respeite e valorize a diversidade. Nesta formação, buscamos sensibilizar e instrumentalizar os profissionais da educação para que reconheçam as necessidades específicas de cada estudante, proporcionando um ambiente de aprendizagem acessível e acolhedor.

O curso abordará as diretrizes e políticas públicas relacionadas à educação inclusiva, destacando a importância do AEE como um suporte essencial aos educandos com deficiência ou dificuldades de aprendizagem. Serão discutidas as práticas pedagógicas que favorecem a inclusão, bem como recursos e estratégias para atender às demandas individuais dos alunos. Será realizado na modalidade modalidade a distância, contará com uma estrutura curricular composta por 10 disciplinas. Cada disciplina disponibilizará um e-book, materiais complementares e uma atividade avaliativa específica, com a possibilidade de reavaliação para aqueles/as que necessitarem de mais tempo ou não obtiverem sucesso na primeira tentativa. Além disso, os fóruns de discussão proporcionarão um espaço de interação e troca de experiências, enriquecendo o processo de aprendizagem.

Ao final do curso, espera-se que os participantes estejam aptos a implementar práticas inclusivas em suas instituições, contribuindo para a construção de uma educação justa e equitativa, onde todos os estudantes tenham a oportunidade de desenvolver seu pleno potencial.

## **2. JUSTIFICATIVA**

A educação inclusiva é um movimento mundial, constituindo-se numa ação política, cultural, social e pedagógica, oriunda da luta pela defesa do direito de todos



os estudantes, que, sem nenhum tipo de discriminação, possam conviver, participar e aprender juntos. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Dessa forma, a educação inclusiva passa a perceber a escola como um espaço de todos, no qual os estudantes possam construir seus conhecimentos segundo suas capacidades, participando efetivamente do processo educacional e desenvolvendo-se enquanto cidadãos, nas suas diferenças.

A crescente demanda pela Educação Especial a partir da nova LDB (Lei Federal 9394/96) culminam com os direcionamentos normativos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), preconizando o Atendimento Educacional Especializado em sala de recursos ou núcleos de acessibilidade. Com isso, todos os sistemas de ensino, incluindo a rede Federal de Educação Profissional e as Universidades, são orientados sobre a urgência de oferecer cursos de qualidade aos profissionais que atuam em ambientes educacionais. Dessa forma, a capacitação e a formação continuada de servidores em Educação tornam-se fundamentais para a construção de uma nova cultura de valorização das diferenças.

O Curso: A “Educação Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado”, ofertado na modalidade EAD, consiste em uma proposta de formação para servidores, frente à necessidade de conhecimentos na referida área. Esta proposta é uma iniciativa do Departamento de Educação Inclusiva da Pró-Reitoria de Ensino - PROEN, em parceria com a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP.

Considera-se que a modalidade de Educação a Distância pode se configurar em um espaço de mediação social e cognitiva diminuindo as barreiras de tempo e espaço, espaços em que a distância se dilui na “[...] proximidade virtual e do envolvimento colaborativo [...]”. (Dias, 2013, p.6)<sup>2</sup> fornecendo subsídios aos profissionais da educação, comprometidos com sua ação educativo-pedagógica, e que buscam, uma metodologia que lhes permita aperfeiçoar

---

<sup>2</sup> Dias, P. (2013). Inovação pedagógica para a sustentabilidade da educação aberta e em rede. Educação, formação & Tecnologias, 6 (2), 4-14 [Online], disponível em <http://eft.educom.pt>. Acesso em: 28 abr. 2023.

conhecimentos/competências, organizando seus estudos conforme suas condições pessoais.

O avanço tecnológico possibilitou essa nova realidade educacional: o ensino mediado pelo computador. A oferta de Educação a Distância apoiada por Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) tem se expandido rapidamente como resposta à crescente necessidade de formação continuada, resultante das transformações dos meios e modos de produção.

Nesta perspectiva, torna-se importante estratégia de qualificação dos servidores do IFSul, considerando sua realidade, como uma instituição plural e multicampi.

### **3. OBJETIVOS DO CURSO**

#### **3.1. Objetivo Geral**

Capacitar prioritariamente os servidores do Instituto Federal Sul-rio-grandense, na área da Educação Inclusiva e do Atendimento Educacional Especializado, qualificando sua atuação junto aos estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TEA) e Altas Habilidades/Superdotação.

#### **3.2. Objetivos Específicos**

- Qualificar a prática pedagógica, dos Professores do IFSul, quanto aos recursos, instrumentos e estratégias em situações de inclusão de estudantes.
- Promover aos técnicos administrativos, o conhecimento sobre a Educação Inclusiva, aprimorando seu atendimento em ações que favoreçam a autonomia, equidade e segurança do estudante.

### **4. PÚBLICO-ALVO E FORMA DE ACESSO**

O curso se destina prioritariamente a servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul-rio-grandense (IFSUL), será executado na modalidade a distância, na forma de cursos online via AVA Moodle disponibilizado na

Plataforma do IFSul/Reitoria, através do link <https://ava.ifsul.edu.br/reitoria> sendo que os interessados poderão efetuar sua matrícula *online, via formulário google*.

## **5. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO E POSSÍVEIS ÁREAS DE ATUAÇÃO**

Os egressos do curso estarão capacitados a atuar com competência e sensibilidade em contextos educacionais diversos, promovendo a inclusão e oferecendo suporte especializado a estudantes com necessidades educacionais específicas. Serão capazes de aplicar teorias e metodologias pedagógicas adaptadas às necessidades individuais dos estudantes.

Os egressos do curso "A Educação Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado" do IFSul estarão aptos a contribuir de forma significativa para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos os indivíduos, independentemente de suas características e necessidades, possam ter acesso a uma educação de qualidade e a oportunidades equitativas de desenvolvimento.

## **6. METODOLOGIA DE ENSINO DO CURSO**

A proposta metodológica do curso é configurada de forma a oportunizar a formação integral dos/as cursistas, buscando contribuir para seu desenvolvimento profissional e pessoal, prático e crítico, por meio da atualização contínua e prática pedagógica inclusiva. Nessa direção, a estrutura curricular, alinhada às práticas pedagógicas, visa estimular os/as cursistas a criar soluções inclusivas e a ter iniciativas que promovam a educação para todos nas organizações em que atuam.

A metodologia de ensino, no âmbito deste curso, contemplará:

**E-books:** Cada uma das 10 disciplinas terá um e-book específico, contendo conteúdos detalhados, leituras complementares e materiais de apoio que auxiliarão os/as cursistas no desenvolvimento de habilidades intelectuais, procedimentais e atitudinais necessárias para a prática inclusiva.

**Materiais Complementares:** Serão disponibilizados materiais complementares que aprofundarão os temas abordados nos e-books, proporcionando uma compreensão mais ampla e diversificada dos conteúdos. Esses materiais incluirão artigos acadêmicos, vídeos externos, estudos de caso e exemplos práticos.

**Atividades Avaliativas:** Cada disciplina incluirá uma atividade avaliativa que incentivará a aplicação do conhecimento adquirido. Estas atividades podem incluir estudos de caso, elaboração de planos de intervenção inclusiva e reflexões críticas sobre práticas pedagógicas.

**Período de Reavaliação:** Haverá um período de reavaliação para as disciplinas em que os/as cursistas não lograram êxito ou não conseguiram realizar as atividades no tempo regular. Este período permitirá que revisem o conteúdo e tentem novamente a avaliação, garantindo uma aprendizagem contínua e o alcance dos objetivos educacionais.

**Fóruns de Discussão:** Serão promovidos fóruns de discussão que permitirão a interação entre cursistas e professores, possibilitando a troca de experiências e o aprofundamento das discussões sobre os temas abordados. Esses fóruns serão essenciais para a construção coletiva do conhecimento e para o desenvolvimento de habilidades críticas e reflexivas.

**Ambiente Educativo Articulado:** A preocupação em organizar o ambiente educativo de modo a articular as atividades propostas às diversas dimensões de formação dos jovens e adultos será constante, favorecendo a transformação das informações em conhecimentos práticos e aplicáveis às situações reais de vida.

A gestão dos processos pedagógicos deste curso orienta-se pelos seguintes princípios:

**Construção Coletiva do Conhecimento:** Valorização da participação ativa dos/as cursistas no processo de aprendizagem, promovendo a construção coletiva do conhecimento através da colaboração e do compartilhamento de experiências.

**Vinculação entre Educação e Trabalho:** Promoção da articulação entre teoria e prática, possibilitando que os/as cursistas relacionem os conteúdos estudados com suas práticas profissionais e desafios cotidianos.

**Interdisciplinaridade:** Abordagem interdisciplinar dos temas, promovendo a integração de conhecimentos de diferentes áreas para uma compreensão ampla e contextualizada da educação inclusiva e do atendimento especializado.

**Avaliação como Processo:** A avaliação será contínua e processual, focando no desenvolvimento progressivo dos/as cursistas e na reflexão sobre suas práticas pedagógicas. As avaliações formativas terão um papel central, proporcionando feedbacks constantes e orientações para a melhoria contínua.

## **6.1. Política de Inclusão e Acessibilidade do Estudante com Necessidades Educacionais Específicas**

Entende-se como educação inclusiva a garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem do estudante na instituição de ensino, implicando, desta forma, no respeito às diferenças individuais, especificamente, das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, culturais, socioeconômicas, entre outras.

A Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul, amparada na Resolução nº 51/2016, contempla ações inclusivas voltadas às especificidades dos seguintes grupos sociais:

I - Necessidades Específicas - entendidas como necessidades que se originam em função de deficiências, de altas habilidades/superdotação, transtornos globais de desenvolvimento e/ou transtorno do espectro autista, transtornos neurológicos e outros transtornos de aprendizagem, sendo o Núcleo de Apoio às Necessidades Específicas – NAPNE, o articulador dessas ações, juntamente com Equipe pedagógica (pedagogo área, Supervisão e orientação, professor de Atendimento Educacional Especializado (educador especial), coordenadoria do Curso e equipe multidisciplinar (psicólogo, assistente social, enfermagem, médico ou área da saúde e outros profissionais que estejam envolvidos no acompanhamento do estudante).

II – Gênero e diversidade sexual: promoção dos direitos da mulher e de todo um elenco que compõe o universo da diversidade sexual para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como à sua plena integração social, política, econômica e cultural, contemplando em ações transversais, tendo como articulador destas ações o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual – NUGEDS.

III – Diversidade étnico-racial: voltada aos estudos e ações sobre as questões étnico-raciais em apoio ao ensino, pesquisa e extensão, em especial para a área do ensino sobre África, Cultura Negra e História, Literatura e Artes do Negro no Brasil, pautado na Lei nº 10.639/2003, e das questões Indígenas, na Lei nº 11.645/2008, que normatiza a inclusão das temáticas nas diferentes áreas de conhecimento e nas ações pedagógicas. Tendo como articulador dessas ações o Núcleo de Educação Afro-brasileira e Indígena – NEABI.

Para a efetivação da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, o Curso considera todo o regramento jurídico acerca dos direitos das pessoas com deficiência, instituído na Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/1996; na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008; no Decreto nº 5.296/2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com Deficiência ou com mobilidade reduzida; na Resolução CNE/CEB nº 2/2001 que Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; no Decreto nº 5.626/2005, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; no Decreto nº 7.611/2011 que versa sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado; na Resolução nº 4/2010 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica; na Lei nº 12.764/2012 que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; no parecer 02/2013 que trata da Terminalidade Específica, no parecer CNE/CEB nº 5 de 2019, que trata da Certificação Diferenciada e na Lei nº 13.146/ 2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

A partir das referidas referências legais apresentadas, o Curso assegura currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as necessidades individuais dos estudantes.

Prevê a garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio de oferta de serviços e de recursos de acessibilidade curricular que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena, considerando o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, dos objetivos, das metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados, dos processos de avaliação compreensiva, da Certificação Diferenciada e /ou Terminalidade Específica, adequados ao desenvolvimento dos alunos e em consonância com este projeto pedagógico de curso (PPC), respeitada a frequência obrigatória.

Garantindo o pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, favorecendo ampliação e diversificação dos tempos e dos espaços curriculares por meio da criatividade e inovação dos profissionais de educação e uma matriz curricular compreendida como propulsora de movimento, dinamismo curricular e educacional.

### **6.1.2 Acessibilidade curricular e adaptações razoáveis para estudantes com necessidades específicas**

- Abordagem inclusiva que considere o conceito ampliado de acessibilidade, alinhada à legislação e aos documentos institucionais vigentes;
- Utilização da Resolução CONSUP/IFSUL nº 366 de 11 de dezembro de 2023 que aprova o Regulamento dos Processos Inclusivos para Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas no âmbito do IFSul, tendo em vista os princípios estabelecidos na Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul.
- Necessidade de acompanhamento e realização de Plano Educacional Individualizado (PEI) para estudantes com necessidades específicas, garantindo adequações no planejamento, acompanhamento e avaliação proporcionando o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem, conforme prevê a Lei Brasileira de Inclusão.

## **6.2 Organização Curricular**

A organização curricular parte do pressuposto que fazemos parte de um processo histórico e que nossa atuação pode fazer a diferença no cotidiano, através da construção de novos saberes, buscando assim, subsidiar o entendimento de nossos alunos dos princípios teóricos e práticos para desenvolver a atividade do curso **“A Educação Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado”**.

Para a implementação desta prática educativa, a proposta segue embasamentos freirianos na dimensão dialógica - teoria e prática, como momentos estratégicos do curso, em que o estudante constrói conhecimentos, habilitando o aluno e a aluna a "ler o mundo", aprender a ler (conhecer) para, em seguida, poder reescrever essa realidade (transformar).

Pensando, especificamente no termo linguagem dialógica entendemos que nele, reunimos dois termos, a saber: *linguagem*, que é a capacidade que todo ser humano possui de manifestar-se, seja através da capacidade de dar informações sobre si e sobre os outros; de expor seus sentimentos, ideias, crenças e valores e *dialógica*, advindo de *dialogismo*, que vem de *diálogo*; que é crer numa educação que

nos remete à construção efetiva do compartilhamento de saberes, permeando o processo educativo.

Sendo assim, a linguagem dialógica precisa levar em consideração nosso interlocutor, que no debate terá despertada a sua curiosidade epistemológica, segundo Paulo Freire (2002), já que ensinar exige respeito aos saberes de nossos estudantes, respeito ao que já trazem antes de chegarem à escola, na discussão dos problemas que assolam a sociedade e que os colocam a mercê do sistema. Ser dialógico, na concepção freireana é ter a possibilidade de, como professor:

(...)discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos?. (FREIRE, 2002, p.15)<sup>3</sup>

Desta forma, o propósito de trabalho e a construção dos materiais didáticos nos cursos FIC do IFSUL busca a promoção do acesso e da autonomia do educando, num espaço pedagógico constantemente “lido”, interpretado, “escrito” e “reescrito”. As disciplinas que compõem a matriz curricular estão articuladas e fundamentadas numa perspectiva interdisciplinar.

Na elaboração das matrizes de curso, a distribuição das disciplinas se dá da seguinte maneira: 10 disciplinas didáticas e carga horária total de 280 horas.

O Quadro 1 descreve a matriz curricular do curso e, no seguimento, são apresentados os programas das disciplinas. No entanto, podem haver adaptações para melhor atender aos estudantes, tanto durante a primeira oferta dos cursos, como em futuras edições, uma vez que a atividade de **“A Educação Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado”** oferece oportunidade de aprendizado teórico inserido na prática.

Quadro 1 – Matriz curricular do Curso FIC de **“A Educação Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado”**, na modalidade a distância.

---

<sup>3</sup> FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25.ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.



Disciplinas	Professor Conteudista	C /H
Introdução à Educação Especial	<p>Ma. Rosane Bom. Licenciada em Pedagogia e Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pelotas ( UFPel).</p> <p>Esp. Roberta Gonçalves Crizel. Licenciada em Pedagogia e Especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e Especialista em Neuropsicologia pela Faculdade Iguaçu (FI).</p>	30h/aula
Aspectos legais da Inclusão	<p>Ma. Rosane Bom. Licenciada em Pedagogia e Especialista em Psicopedagogia Clínica pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pelotas ( UFPel).</p> <p>Esp. Roberta Gonçalves Crizel. Licenciada em Pedagogia e Especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e Especialista em Neuropsicologia pela Faculdade Iguaçu (FI).</p>	20h/aula
Neurologia da Aprendizagem	<p>Ma. Lílian Rocha Gomes Tavares. Graduada em Psicologia pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Especialista em Transtorno do Espectro Autista pelo Centro Universitário Celso Lisboa e Child Behavior Institute of Miami (CBI of Miami), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel).</p>	30h/aula
Deficiência Intelectual	<p>Esp. Débora Luiza Schuck Jacks. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional universidade de Joinville. Especialista em AEE pela Universidade Federal do Ceará. Mestranda em Educação Universidade Federal de Pelotas (UFPel).</p>	30h/aula

<p>Deficiência Visual</p>	<p>Ma. Rosane Bom. Licenciada em Pedagogia e Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pelotas ( UFPel).</p> <p>Esp. Roberta Gonçalves Crizel. Licenciada em Pedagogia e Especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e Especialista em Neuropsicologia pela Faculdade Iguaçu (FI).</p>	<p>20h/aula</p>
<p>Deficiência Auditiva e Surdez</p>	<p>Esp. Ana Marci Ferreira. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel).</p> <p>Esp. Tânia Regina de Souza. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Especialista em Educação Popular e Educação de Surdos pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel).</p>	<p>30h/aula</p>
<p>Deficiência Física</p>	<p>Dra. Priscila Wally Viríssimo Chagas. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande ( FURG). Especialista em AEE, Autismo, Psicopedagogia Clínica e Institucional, ABA para Autismo e Deficiência intelectual, Gestão Escolar pela Faculdade Dom Bosco. Doutorado e Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG).</p>	<p>30h/aula</p>

<p>Altas Habilidades/Superdotação</p>	<p>Esp. Marli Deuner. Licenciada em Letras Língua Portuguesa e Inglês pela Faculdade Palotina da Santa Maria (FAPA) com Especialização em Altas Habilidades e Superdotação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Especialização em Educação Especial pela Universidade Estadual Paulista (Unesp).</p> <p>Me. José Antônio de oliveira Figueiredo. Graduado em Ciência da Computação Universidade de Passo Fundo (UPF), Especialização em Educação a Distância pelo SENAC/RS e Mestre em Computação Aplicada pela Universidade de Passo Fundo (UPF).</p>	<p>30h/aula</p>
<p>Transtornos do Espectro Autista</p>	<p>Mestranda Adriana Mendes Bastos. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) e Graduação em Psicologia pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional, em Supervisão Escolar, e Atendimento Educacional Especializado e Educação Especial pela Faculdade Dom Bosco, e mestranda em Ensino de Ciências e Matemática Profissional pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).</p>	<p>30h/aula</p>
<p>Tecnologias Assistivas</p>	<p>Esp. Rosa Beatriz Simões Sica. Graduada em Tecnologia da Informação pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi), Especialista em Educação Especial e Inclusiva e Especialista em Neuropsicopedagogia pela Faculdade Unina.</p>	<p>30h/aula</p>
<p><b>TOTAL:</b></p>		<p><b>280h/aula</b></p>

**Recuperação:** O estudante terá direito a recuperação paralela quando apresentar resultados insatisfatórios. A avaliação deve acontecer ao longo do trabalho escolar, estando comprometida com todo o desenvolvimento do estudante, possibilitando determinar as bases para a continuação do desenvolvimento curricular. Após a conclusão de cinco disciplinas, os alunos terão a oportunidade de realizar atividades de recuperação com o apoio das professoras tutoras. Será possível revisar os conteúdos e refazer as atividades avaliativas das disciplinas em que a nota foi inferior a 6.

### **6.2.1. Programa de Disciplina**

Em anexo.

### **6.3 Material didático do curso**

O material didático a ser utilizado no curso "A Educação Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado" será desenvolvido pelo IFSul, com base em materiais já produzidos no âmbito da instituição, bem como em novos materiais específicos elaborados para este curso.

O IFSul irá aproveitar recursos e materiais existentes, produzidos pelos professores do curso para edições anteriores, adaptando-os conforme necessário para atender aos objetivos do curso. Serão elaborados conteúdos específicos para abordar de forma aprofundada os temas relacionados à educação inclusiva e ao atendimento educacional especializado. Havendo necessidade, os materiais didáticos poderão ser adaptados para garantir que o processo de ensino-aprendizagem seja eficaz e alcance seus objetivos. Essas adaptações podem incluir ajustes na linguagem, formato e conteúdo para melhor atender às necessidades dos/as cursistas. Os materiais serão formatados especificamente para a Educação a Distância (EaD), utilizando uma linguagem clara e acessível que facilite a compreensão e a interação dos/as cursistas com o conteúdo. A formatação será integrada à plataforma Moodle, garantindo uma navegação intuitiva e eficiente.

O conteúdo dos materiais didáticos será estruturado de forma a integrar teoria e prática, permitindo que os/as cursistas apliquem os conhecimentos adquiridos em situações reais. Essa abordagem contribuirá para o desenvolvimento de competências práticas essenciais para a atuação profissional.

### **6.3.1 Recursos Audiovisuais e Digitais:**

Embora não haja videoaulas, serão utilizados outros recursos pedagógicos digitais, como animações, simulações, hipertextos e conteúdos da Web. Esses recursos visam promover a autonomia da aprendizagem e facilitar a busca de informações e a construção do conhecimento.

Esses materiais e recursos serão essenciais para proporcionar uma experiência de aprendizagem rica e abrangente no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), capacitando os/as cursistas a desenvolverem competências práticas e reflexivas na área da educação inclusiva e do atendimento educacional especializado.

## **6.4 Avaliação do processo ensino-aprendizagem**

A avaliação da aprendizagem no curso "A Educação Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado" será um processo formativo dialógico, com o objetivo principal de acompanhar e orientar o processo de construção do conhecimento. Visa promover o pleno desenvolvimento dos cursistas, preparando-os para o exercício da cidadania e qualificando-os para o mundo do trabalho com uma visão mais inclusiva.

O processo de avaliação ocorrerá ao longo de todo o curso, monitorando o progresso dos cursistas e fornecendo feedback constante para promover a melhoria contínua e propondo fóruns de discussões sobre as temáticas trabalhadas nas disciplinas, com o auxílio dos tutores/as.

Os recursos e instrumentos de avaliação terão um papel mediador na construção do conhecimento e na aquisição das competências pretendidas. Para isso, serão realizadas avaliações ao final de cada disciplina do curso, através de estudos de casa, e outras formas de avaliação que promovam a reflexão crítica.

Os resultados do aproveitamento dos cursistas serão expressos por meio de notas, refletindo seu desempenho nas atividades e avaliações realizadas ao longo do curso. Ao final do curso, o cursista deverá alcançar pelo menos 60% da nota máxima

em cada disciplina, correspondendo a uma nota mínima de 6,0 pontos. Caso não atinja essa nota, será oferecida a oportunidade de realizar uma reavaliação, com o objetivo de melhorar o desempenho nas disciplinas em que ficou abaixo do mínimo exigido.

### **6.5 Reavaliação**

O processo de reavaliação garante que todos os cursistas tenham a oportunidade de atingir os objetivos educacionais e se desenvolver plenamente em suas competências práticas reflexivas na área da educação inclusiva e do atendimento educacional especializado. Consiste na oportunidade do cursista visitar os conteúdos e realizar as atividades pendentes, aqueles que perdeu o prazo, ou em uma oportunidade de refazer aquelas que o cursista não obteve a nota mínima de 6,0 pontos.

### **6.6. Avaliação do projeto pedagógico do curso**

Este documento, além de orientar e sistematizar os processos avaliativos do curso, precisa contemplar a avaliação do próprio projeto pedagógico do curso (PPC). Compreendemos o PPC como um documento “em processo”. Assim, torna-se necessário um acompanhamento sistemático com a participação dos sujeitos envolvidos, a fim de que seja um instrumento democrático e participativo. A avaliação é compreendida aqui, não como término do processo, mas como momento de reflexão e diagnóstico, apresentando elementos que irão subsidiar decisões e ações em busca de qualidade.

Como apresenta Luckesi, “a avaliação como crítica de percurso é uma ferramenta necessária ao ser humano no processo de construção dos resultados que planejou produzir, assim como o é no redimensionamento da direção da ação” (Luckesi, 1998, p. 116)<sup>4</sup>

Em termos de acompanhamento e monitoramento interno, as atividades acadêmicas e administrativas serão acompanhadas e monitoradas através da utilização de diferentes procedimentos e instrumentos: reuniões de avaliação, encontros regulares com a equipe pedagógica e administrativa para discutir os

---

<sup>4</sup> LUCKESI, C. Avaliação da aprendizagem escolar. 8.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

resultados e identificar áreas de melhoria, aplicação de questionários aos estudantes para avaliar a qualidade das disciplinas, metodologias de ensino e suporte administrativo, sempre visando melhorias e não a punição nem a responsabilização de nenhum envolvido.

Alterações neste documento poderão ser propostas com base em necessidades e/ou nos dados e estudos, mediante justificativa, seguindo os procedimentos apresentados pela Pró-Reitoria de Ensino do IFSul.

## **7. EXPEDIÇÃO DE CERTIFICADO**

Após a integralização dos componentes curriculares que compõem o curso de formação inicial e continuada, obtendo no mínimo nota 6 (seis) em todas as atividades exigidas, obedecendo o cronograma do curso, será conferido ao cursista pela plataforma Moodle ao aluno o certificado de formação profissional no curso “**A Educação Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado**” com carga horária de 280 horas.

## **8. CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos pela Pró-reitoria de Ensino e pelo Departamento de Educação a Distância e Novas Tecnologia - DETE.

## **9. ANEXOS**

Anexo I - Programa do Curso.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BELISÁRIO FILHO, J. F.; CUNHA, P. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento**. Vol. 9. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

BEHAR, Patrícia Alejandra. **Modelos Pedagógicos em Educação a Distância**. Porto Alegre: Penso, 2009.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 1. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 01 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015. Seção 1, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l13146.htm)>. Acesso em: 01 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 1 de julho de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 5 jul. 2001. Seção 1, p. 38. Disponível em: [http://www.mec.gov.br/dmdocuments/res02\\_01.pdf](http://www.mec.gov.br/dmdocuments/res02_01.pdf). Acesso em: 01 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 1 de julho de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 5 jul. 2001. Seção 1, p. 38. Disponível em: [http://www.mec.gov.br/dmdocuments/res02\\_01.pdf](http://www.mec.gov.br/dmdocuments/res02_01.pdf). Acesso em: 01 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 18 nov. 2011. Seção 1, p. 1. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm). Acesso em: 01 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Publicações - **Guia Pronatec de Cursos FIC**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-educacao-profissional/publicacoes-guia-pronatec-de-cursos-fic>. Acesso em: 01 jul. 2024.

CARNEIRO, Mara Lúcia Fernandes. **Instrumentalização para o ensino a distância**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO – CETIC. **Pesquisa TIC domicílios 2013: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil**. Disponível em: <https://www.cetic.br/media/analises/tic-domicilios-2013.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2024.

ÉGLER, M. T. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como Fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção Cotidiano Escolar).

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25.ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.



FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido**. Revista Educação & Sociedade. Revista de Ciência da Educação. Centro de Estudos de Educação e Sociedade. CEDES, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, Número Especial, out. 2005.

UNESCO & MEC - Espanha. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação: Sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

**ANEXOS – PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS DOS CURSOS**



Serviço Público Federal  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense  
Pró-Reitoria de Ensino

<b>DISCIPLINA:</b> Introdução à Educação Especial	
<b>Vigência:</b> a partir de 10/07/2024	<b>Período letivo:</b> 02/2024
<b>Carga horária total:</b> 30	<b>Código:</b>
<b>Ementa:</b> Aborda os fundamentos teóricos, históricos e práticos da educação especial, com foco na inclusão educacional e social de pessoas com deficiência. Estudo dos princípios e definições da educação especial, análise crítica das concepções de deficiência e da Política Nacional de Educação Especial no contexto brasileiro, incluindo suas diretrizes e estratégias.	

### Conteúdos

#### UNIDADE I – Introdução à Educação Especial

- 1.1 Breve Histórico da Educação Especial.
- 1.2 Definição e Análise Conceitual de Deficiência.
- 1.3 A Educação Especial no Brasil.
- 1.4 A Política Nacional de Educação Especial.

### Bibliografia básica

BRASIL, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Lei nº 13.234 de 2015.**

BRASIL. MEC, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília, 1994.

BRASIL. MEC, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2008.

UNESCO & MEC-Espanha. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Acesso e Qualidade CORDE, 1994.

### **Bibliografia complementar**

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96. Brasília, 1996.

BRASIL, Lei nº 12.796 de 2013. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

BUENO, José Geraldo Silveira. Educação Especial Brasileira: integração / segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.

COLL, César; *et al.* Necessidades Educativas Especiais e Aprendizagem Escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

CORREIA, Luis de Miranda. Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares. Porto: Porto Editora, 1999.

ENGUITA, Mariano Fernandez. A Face Oculta da Escola: educação e trabalho no capitalismo. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FONSECA, Vítor da. Educação Especial. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

GUIRALDELLI, Paulo Júnior. História da Educação. São Paulo: Cortez, 1994.

MAZOTTA, Marcos José. Fundamentos da Educação Especial e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

SASSAKI, Romeu Cazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: W V A, 1997.



Serviço Público Federal  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense  
Pró-Reitoria de Ensino

<b>DISCIPLINA:</b> Aspectos Legais da Inclusão	
<b>Vigência:</b> a partir de 24/07/2024	<b>Período letivo:</b> 02/2024
<b>Carga horária total:</b> 20	<b>Código:</b>
<b>Ementa:</b> Explora os fundamentos e princípios legais da educação inclusiva no Brasil. Exame das normas e diretrizes, abordando a educação inclusiva em documentos internacionais e no contexto brasileiro. Analisa as adaptações curriculares necessárias, os desafios e estratégias no ensino profissional, tecnológico e superior, e o Atendimento Educacional Especializado (AEE).	

## Conteúdos

### UNIDADE I – Educação Inclusiva

- 1.1 A Educação Inclusiva nos documentos internacionais.
- 1.2 A Educação Inclusiva no contexto legal brasileiro.

### UNIDADE II – Contexto da Educação Profissional e Tecnológica e do Ensino Superior.

- 2.1 Princípios norteadores da Educação em Direitos Humanos na Educação Básica.
- 2.2 Princípios norteadores da Educação em Direitos Humanos no Ensino Superior.
- 2.3 Observações sobre os princípios norteadores da Educação em Direitos Humanos.

### UNIDADE III – O que é o Atendimento Educacional Especializado?

- 3.1 Objetivos do Atendimento Educacional Especializado.

## Bibliografia básica

ANACHE, Alexandra A. O psicólogo nas redes de serviços de educação especial: desafios em face da inclusão. In: MITJANS MARTÍNEZ, Albertina (org.). Psicologia escolar e compromisso social. Campinas: Alínea, 2005. p. 95-114.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010. ISBN 978-85-60331-28-4. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192)

### **Bibliografia complementar**

FREEMAN, Joan. Gifted Lives: What Happens when Gifted Children Grow Up. London: Routledge, 2010.

HÜSKEN, Rosane Bom. A Inclusão no Contexto da Educação Infantil: possibilidades limites. In: MORAES, Maria Laura Brenner. Educação Infantil: práticas e jogos pedagógicos para pais e educadores. Pelotas: Santa Cruz, 2009. p. 63-68

RENSHAW, Peter D., e DEBELLIS, V. A. (Org.) Gifted Education International. Londrina: UEL, 2001.

RIMM, Sylvia B. Why Bright Kids Get Poor Grades and What You Can Do About It. Scottsdale: Great Potential Press, 2008.

STERNBERG, Robert J., e DAVIDSON, Janet E. (Org.) Conceptions of Giftedness. New York: Cambridge University Press, 2005.

PFEIFFER, Steven I. (Ed.) Essentials of Gifted Assessment. Hoboken: Wiley, 2015.

WINNER, Ellen. Gifted Children: Myths and Realities. New York: Basic Books, 1996.



Serviço Público Federal  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense  
Pró-Reitoria de Ensino

<b>DISCIPLINA:</b> Neurologia da Aprendizagem	
<b>Vigência:</b> a partir de 08/08/2024	<b>Período letivo:</b> 02/2024
<b>Carga horária total:</b> 30h	<b>Código:</b>
<b>Ementa:</b> Capacita os estudantes sobre as bases neurobiológicas da aprendizagem e o funcionamento do cérebro humano, explorando a anatomia do Sistema Nervoso Central e os mecanismos de ação dos neurotransmissores. Aborda como os processos cerebrais influenciam a aquisição, retenção e recuperação de informações.	

## Conteúdos

### UNIDADE I – Neurologia da Aprendizagem

- 1.1 Anatomia e funcionamento do Sistema Nervoso Central (SNC).
- 1.2 Neurônios, nossa galáxia interna.
- 1.3 Neurotransmissores: mensageiros do cérebro.
- 1.4 Hemisférios.
- 1.5 Lobos do córtex cerebral.
- 1.6 Anatomia da Aprendizagem.

## Bibliografia básica

BEAR, Mark F. Neurociências: desvendando o sistema nervoso. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Riesgo R S, Rotta N T, Ohlweiler L (2006). Transtornos de Aprendizagem – Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar. Porto Alegre : Artmed. 2015.

ROTTA, Newra Tellechea; OHLWEILER, Lygia; RIESGO, Rudimar dos Santos. Transtornos da Aprendizagem. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

### **Bibliografia complementar**

BEE, Helen. A criança em desenvolvimento. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

COON, Dennis. Introdução à Psicologia: uma jornada. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

DIAS, N. M.; SEABRA, A. G. Funções executivas: desenvolvimento e intervenção. Temas sobre Desenvolvimento, v. 19, n. 107, p. 206-12, 2013.

PERASSINOTO, M. G. M.; BORUCHOVITCH, E.; BZUNECK, J. A. Estratégias de aprendizagem e motivação para aprender de alunos do Ensino Fundamental. Avaliação Psicológica, Itatiba, v. 12, n. 3, p. 351-359, dez. 2013.

VIGOTSKI, L. S. A Formação social da mente. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998





Serviço Público Federal  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense  
Pró-Reitoria de Ensino

<b>DISCIPLINA:</b> Tecnologias Assistivas	
<b>Vigência:</b> a partir de 23/08/2024	<b>Período letivo:</b> 02/2024
<b>Carga horária total:</b> 30h	<b>Código:</b>
<b>Ementa:</b> Explora o conceito de Tecnologias Assistivas (TA) e sua importância na promoção da autonomia, independência e inclusão de pessoas com deficiência. Abrange os recursos, serviços e legislação relacionados à TA, além de analisar a intersecção entre TA, Tecnologia Educacional e Inclusão Digital em contextos educacionais inclusivos..	

## Conteúdos

### UNIDADE I – Tecnologias Assistivas

- 1.1 Conceito de Tecnologia Assistiva.
- 1.2 Tecnologia Assistiva: recursos.
- 1.3 Tecnologia Assistiva: serviços.
- 1.4 Tecnologia Assistiva e Legislação Brasileira.
- 1.5 Tecnologia Assistiva e Tecnologia na Educação.
- 1.6 Tecnologias Educacionais e softwares acessíveis na educação.

## Bibliografia básica

ANACHE, Alexandra A. O psicólogo nas redes de serviços de educação especial: desafios em face da inclusão. In: MITJANS MARTÍNEZ, Albertina (org.). Psicologia escolar e compromisso social. Campinas: Alínea, 2005. p. 95-114.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010. ISBN 978-85-60331-28-4. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192)

### **Bibliografia complementar**

FREEMAN, Joan. Gifted Lives: What Happens when Gifted Children Grow Up. London: Routledge, 2010.

HÜSKEN, Rosane Bom. A Inclusão no Contexto da Educação Infantil: possibilidades limites. In: MORAES, Maria Laura Brenner. Educação Infantil: práticas e jogos pedagógicos para pais e educadores. Pelotas: Santa Cruz, 2009. p. 63-68

PFEIFFER, Steven I. (Ed.) Essentials of Gifted Assessment. Hoboken: Wiley, 2015.

WINNER, Ellen. Gifted Children: Myths and Realities. New York: Basic Books, 1996.

RENSHAW, Peter D., e DEBELLIS, V. A. (Org.) Gifted Education International. Londrina: UEL, 2001.

RIMM, Sylvia B. Why Bright Kids Get Poor Grades and What You Can Do About It. Scottsdale: Great Potential Press, 2008.

STERNBERG, Robert J., e DAVIDSON, Janet E. (Org.) Conceptions of Giftedness. New York: Cambridge University Press, 2005.



Serviço Público Federal  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense  
Pró-Reitoria de Ensino

<b>DISCIPLINA:</b> Deficiência Intelectual	
<b>Vigência:</b> a partir de 07/09/2024	<b>Período letivo:</b> 02/2024
<b>Carga horária total:</b> 30h	<b>Código:</b>
<b>Ementa:</b> Aborda a Deficiência Intelectual (DI) sob as perspectivas histórica, conceitual e prática. Explora as características, causas, diagnósticos e intervenções, com ênfase na promoção da autonomia, desenvolvimento de habilidades e inclusão social e educacional de pessoas com DI.	

## Conteúdos

### UNIDADE I - Conceituação e Caracterização da Deficiência Intelectual

- 1.1. Evolução histórica do conceito de Deficiência Intelectual e terminologias.
- 1.2. Classificações e sistemas de apoio: CIF e DSM-V.
- 1.3. Causas e fatores de risco para a Deficiência Intelectual.

### UNIDADE II - A Inclusão de Pessoas com Deficiência Intelectual

- 2.1. Adaptações curriculares, recursos e estratégias pedagógicas para alunos com DI.
- 2.2. O papel da família no desenvolvimento e inclusão de pessoas com DI.
- 2.3. A importância da rede de apoio e dos serviços para pessoas com DI.

### UNIDADE III - Autonomia, Desenvolvimento de Habilidades e Inclusão Social

- 3.1. Desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais, comunicativas e de vida independente em pessoas com DI.
- 3.2. Transição para a vida adulta: educação profissional, mercado de trabalho e inclusão social.
- 3.3. Defesa de direitos, cidadania e protagonismo de pessoas com DI.

### **Bibliografia básica**

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 03. mai. 2010.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/>. Acesso em: 03. mai. 2010.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Editora Mediação, 2006.

### **Bibliografia complementar**

APIE; CERFAPIE. Deficiência Mental: Níveis e Tipos. Disponível em: <http://www.slideshare.net/andreadc/a-deficincia-mental-nveis-e-tipos>. Acesso em: 24 Nov. 2016.

ARANTES, D. R. B., & Namó, D. (2012). Deficiência intelectual: da família à escola. In M. A. Almeida (Ed.), Deficiência intelectual: realidade e ação (1ª ed., pp. 133-44). Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 07 mai. 2018.

BRASIL. Decreto nº 6253, de 13 de novembro de 2007. Dispõe sobre o fundo de manutenção e desenvolvimento da educação Básica e da valorização dos profissionais da Educação – FUNDEB, regulamenta a lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6253.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6253.htm). Acesso em: 07 mai. 2018.

BRASIL. Manual de Orientações para Adaptações Curriculares. Portaria nº1063, de setembro de 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2018.



Serviço Público Federal  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense  
Pró-Reitoria de Ensino

<b>DISCIPLINA:</b> Transtorno do Espectro Autista	
<b>Vigência:</b> a partir de 27/09/2024	<b>Período letivo:</b> 02/2024
<b>Carga horária total:</b> 30h	<b>Código:</b>
<b>Ementa:</b> Apresenta o Transtorno do Espectro Autista (TEA), abordando as características, diagnóstico, intervenções e aspectos legais. Discussão de estratégias pedagógicas e recursos para a inclusão de alunos com TEA, abordando a importância da comunicação alternativa, do ambiente estruturado e do trabalho em equipe.	

## Conteúdos

### UNIDADE I - Transtorno do Espectro Autista(TEA)

- 1.1 Histórico do TEA.
- 1.2 Critérios Diagnósticos.
- 1.3 Características do TEA.
- 1.4 Intervenções e Terapias.
- 1.5 Inclusão Educacional e Social de Pessoas com TEA.

### UNIDADE II - Estratégias de Ensino

- 2.1 Recursos e Ferramentas de Apoio.
- 2.2 Avaliação e Monitoramento.

## Bibliografia básica

CUNHA, Eugênio. Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – idéias e práticas pedagógicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013. 144p.

SILVA, Oto Marques da; SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Maiara Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. Mundo Singular: Entenda o Autismo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

ROTTA, Newra T.; OHLWEILER, Lygia; RIESGO, Rudimar dos Santos. Transtornos da Aprendizagem - Aspectos Neurobiológicos dos Transtornos do Espectro Autista. 2. ed. Artmed, 2015

### **Bibliografia complementar**

BELISÁRIO FILHO, J. F.; CUNHA, P. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Vol. 9. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1998. Brasília, 1998.

CUNHA, Eugênio. Autismo e Inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009. 140p

ORRÚ, Sílvia Ester. Aprendizagem com autismo: aprendizagens por eixos de interesse em espaços não excludentes. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

PARECIDA, Edilene; et al. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva. Vol. 1. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.



Serviço Público Federal  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense  
Pró-Reitoria de Ensino

<b>DISCIPLINA:</b> Deficiência Auditiva/Surdez	
<b>Vigência:</b> a partir de 27/09/2024	<b>Período letivo:</b> 02/2024
<b>Carga horária total:</b> 30h	<b>Código:</b>
<b>Ementa:</b> Explora a Deficiência Auditiva/Surdez sob as perspectivas clínica, educacional e social. Abordagem das características, causas, diagnóstico e intervenções, com destaque para a importância da língua de sinais e da cultura surda para o desenvolvimento e a inclusão de pessoas surdas.	

## Conteúdos

### UNIDADE I - Deficiência Auditiva/Surdez

- 1.1 Introdução e Contextualização da Deficiência auditiva e Surdez.
- 1.2 Aspectos Culturais e Identidade Surda.
- 1.3 Pedagogia e Inclusão.
- 1.4 Desenvolvimento e Alfabetização.
- 1.5 Adaptações Curriculares e Avaliativas.

### Bibliografia básica

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

QUADROS, Ronice Müller de. Língua de Sinais brasileira: Estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SKLIAR, C. (Org.). Educação & Exclusão – Abordagem Sócio Antropológicas em Educação Especial. Porto Alegre, Ed. Mediação, 1990.

### **Bibliografia complementar**

BAKHTIN, M. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: Hucitec.

COUTINHO, Denise. LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa (Semelhanças e Diferenças). João Pessoa: Feneis, 1998.

GOLDFELD, M. O Desenvolvimento da Criança Surda sob o Enfoque sócio-Interacionista. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia da PUC-RJ. 1996.

LODI, Ana Claudia Balieiro; HARRISON, Kathryn M. P. CAMPOS, Sandra R. L. de. Letramento e minorias. 3.ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. 160p.

MORAIS. M,P e MARTINS V.R.O. Educação bilíngue para surdos como espaço de resistência. Pro-posições. Campinas. Volume 1, 2020.





Serviço Público Federal  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense  
Pró-Reitoria de Ensino

<b>DISCIPLINA:</b> Deficiência Visual	
<b>Vigência:</b> a partir de 27/10/2024	<b>Período letivo:</b> 02/2024
<b>Carga horária total:</b> 30h	<b>Código:</b>
<b>Ementa:</b> Apresenta a Deficiência Visual, abordando seus aspectos clínicos, educacionais e sociais. Explora as características, tipos, graus e causas da deficiência visual, bem como as implicações para o desenvolvimento, aprendizagem e inclusão de pessoas com deficiência visual.	

## Conteúdos

### UNIDADE I - Deficiência Visual

1.1 O que é a Deficiência Visual.

### UNIDADE II - A Educação das pessoas com Deficiência Visual e de pessoas com baixa visão.

2.1 Orientações, recursos e adaptações no atendimento de pessoas cegas ou com baixa visão.

1.2 Tecnologias Assistivas.

2.3 Desafios da inclusão.

## Bibliografia básica

BRASIL. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Os Alunos com Deficiência Visual: Baixa Visão e Cegueira. Ministério da Educação. Universidade Federal do Ceará. Brasília, 2010.

DIAS DE SÁ, Elizabet Dias; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. Atendimento educacional especializado: Deficiência visual. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee\\_dv.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf). Acesso em: 22 mai. 2016.

MAIOLA, Carlina dos Santos; SILVEIRA, Tatiana dos Santos da. Deficiência Visual. Indaial: Grupo UNIASSELVI, p.18.2009.

### **Bibliografia complementar**

AJURIAGUERRA. Manual da Psiquiatria Infantil. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

ALMEIDA, M. G. Alfabetização da Pessoa Cega, in: Anais do I Simpósio Brasileiro sobre o Sistema Braille. Salvador: MEC, 2007.

ALVES, Denise de Oliveira. Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006.

BERSCH. Rita. Introdução a Tecnologia Assistiva. Porto Alegre.RS, 2008.

BRASIL. Alunos cegos e com baixa visão Orientações curriculares. Ministério da Educação, 2008. Disponível em:

<http://www.deficienciavisual.pt/x-txt-aba-OrientacoesCurricularesCegosBxV.pdf>



Serviço Público Federal  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense  
Pró-Reitoria de Ensino

<b>DISCIPLINA:</b> Altas Habilidades/Superdotação	
<b>Vigência:</b> a partir de 27/10/2024	<b>Período letivo:</b> 02/2024
<b>Carga horária total:</b> 30h	<b>Código:</b>
<b>Ementa:</b> Explora o conceito de Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD), abordando as diferentes definições, modelos e características. Analisa os mitos e realidades que envolvem a temática, bem como as implicações educacionais e os desafios para a inclusão de alunos com AH/SD.	

## Conteúdos

### UNIDADE I - Introdução às Altas Habilidades e Superdotação

- 1.1 Conceitos e definições
- 1.2 Diferença entre Altas Habilidades e Superdotação
- 1.3 Importância da identificação e acompanhamento

### UNIDADE II - Aspectos da Inteligência

- 2.1 Teste de QI e sua aplicação
- 2.2 Teoria das Inteligências Múltiplas de Gardner
- 2.3 Aplicação prática das Inteligências Múltiplas

### UNIDADE III - Características e Tipos de Superdotação

- 3.1 Concepção dos Três Anéis da Superdotação
- 3.2 Intensidade de manifestação dos anéis
- 3.3 Tipos de superdotação: acadêmica e produtivo-criativa

### UNIDADE IV - Manifestações e Traços das Altas Habilidades e Superdotação

- 4.1 Características cognitivas, sociais e emocionais
- 4.2 Assincronia do desenvolvimento
- 4.3 Sobre-estimabilidade e outros traços frequentes

### UNIDADE V - Mitos e Verdades sobre Superdotação

- 5.1 Desmistificação de concepções errôneas
- 5.2 Identificação de mitos e verdades relacionados à superdotação

### UNIDADE VI - Atendimento Educacional ao Estudante AHSD

- 6.1 Estratégias de atendimento na sala de aula regular
- 6.2 Importância do Atendimento Educacional Especializado
- 6.3 Alternativas de atendimento: enriquecimento curricular, aceleração de estudos, grupos de habilidades

#### UNIDADE VII - Histórico e Legislação das Altas Habilidades e Superdotação

- 7.1 Breve histórico das AHSD no Brasil
- 7.2 Legislações e políticas de amparo às AHSD
- 7.3 Princípios norteadores e planos de amparo às AHSD

#### **Bibliografia básica**

ALENCAR, Eunice Maria L. Soriano de. Psicologia da criatividade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

BANTIPOFF, Helena. A educação do bem dotado – coletânea das obras escritas de Helena Antipoff. Rio de Janeiro: SENAI, 1992.

BRASIL. Atendimento a Superdotados. O papel dos professores. Brasília: MEC, 1985.

CUPERTINO, C. M. B. (Org.) Um olhar para as Altas Habilidades: construindo caminhos. São Paulo: FDE, 2008.

FLEITH, Denise de Souza (Org.) A construção de práticas educacionais para alunos com Altas Habilidades/Superdotação. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

GARDNER, Howard. Estruturas da mente: a teoria das Inteligências Múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 1994.

#### **Bibliografia complementar**

FREEMAN, Joan. Gifted Lives: What Happens when Gifted Children Grow Up. London: Routledge, 2010.

PFEIFFER, Steven I. (Ed.) Essentials of Gifted Assessment. Hoboken: Wiley, 2015.

RIMM, Sylvia B. Why Bright Kids Get Poor Grades and What You Can Do About It. Scottsdale: Great Potential Press, 2008.

RENSHAW, Peter D., e DEBELLIS, V. A. (Org.) Gifted Education International. Londrina: UEL, 2001.

STERNBERG, Robert J., e DAVIDSON, Janet E. (Org.) Conceptions of Giftedness. New York: Cambridge University Press, 2005.

WINNER, Ellen. Gifted Children: Myths and Realities. New York: Basic Books, 1996.



Serviço Público Federal  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense  
Pró-Reitoria de Ensino

<b>DISCIPLINA:</b> Deficiência Física	
<b>Vigência:</b> a partir de 26/11/2024	<b>Período letivo:</b> 02/2024
<b>Carga horária total:</b> 30h	<b>Código:</b>
<b>Ementa:</b> Aborda a Deficiência Física, explorando as características, causas, tipos e necessidades específicas de pessoas com deficiência física. Analisa os aspectos legais e sociais da inclusão, com foco na acessibilidade e na promoção da participação e do protagonismo de pessoas com deficiência física na sociedade.	

## Conteúdos

### UNIDADE I - Introdução à Deficiência Física

- 1.1 Conceitos e definições.
- 1.2 Impactos físicos, psicológicos e sociais.
- 1.3 Contexto de ensino e aprendizagem do estudante com Deficiência Física;

### UNIDADE II - Conhecendo a Deficiência Física

- 2.1 Classificação da Deficiência Física.
- 2.2 Causas da Deficiência Física.
- 2.3 Tipos de Deficiência Física.

### UNIDADE III - Paralisia Cerebral

- 3.1 Características e manifestações.
- 3.2 Implicações na aprendizagem e no desenvolvimento
- 3.3 Tipos de superdotação: acadêmica e produtivo-criativa

### UNIDADE IV - Mitos e Tecnologias Assistivas

- 4.1 Desmistificação de crenças relacionadas ao ensino e aprendizagem.
- 4.2 Tecnologias Assistivas para pessoas com Deficiência Física.

### UNIDADE V - Acessibilidade e Eliminação de Barreiras

- 5.1 Políticas e práticas de acessibilidade
- 5.2 Estratégias para eliminar barreiras arquitetônicas e sociais.

### UNIDADE VI - Profissionalização e Autonomia

- 6.1 Inserção no mercado de trabalho.
- 6.2 Construção da autonomia e independência.

### **Bibliografia básica**

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3956.htm). Acesso em: 27/04/2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 27/04/2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, no trabalho, na escola, na vida. Rio de Janeiro: WVA, 2010

### **Bibliografia complementar**

AJURIAGUERRA. Manual da Psiquiatria Infantil. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

ALVES, Denise de Oliveira. Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006.

BERSCH, Rita. Introdução a Tecnologia Assistiva. Porto Alegre: RS, 2008.

BRASIL. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Os Alunos com Deficiência Visual: Baixa Visão e Cegueira. Ministério da Educação. Universidade Federal do Ceará. Brasília, 2010.

BRASIL. Alunos cegos e com baixa visão Orientações curriculares. Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://www.deficienciavisual.pt/x-txt-aba-OrientacoesCurricularesCegosBxV.pdf>. Acesso em: 27/04/2024.

BRASIL. Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado. SEESP / SEED / MEC, Brasília/DF, 2007.

COLEÇÃO EDUCAÇÃO ESPECIAL. Fundamentos da Educação Especial. Federação Nacional das Apaes. Curitiba, 1993.

# Documento Digitalizado Público

PPC e Matriz

**Assunto:** PPC e Matriz

**Assinado por:** -

**Tipo do Documento:** Documento

**Situação:** Finalizado

**Nível de Acesso:** Público

**Tipo do Conferência:** Cópia Simples